

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.560.617 - MS (2019/0242965-7)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : ROSALINO ORTIZ
ADVOGADOS : JOSIANE ALVARENGA NOGUEIRA - MS017288
ALEX FERNANDES DA SILVA - MS017429
AGRAVADO : BANCO ITAU CONSIGNADO S.A
ADVOGADOS : BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO -
MS013116
YURI ARRAES FONSÊCA DE SÁ - MS017866
MICHELLE DE AVILA BRUNO - MS018274

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO. INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA C/C REPETIÇÃO DO INDÉBITO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO ESPECÍFICA DA OMISSÃO SUSCITADA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 284 DO STF. CONDENAÇÃO POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por ROSALINO ORTIZ contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul que inadmitiu o seu recurso especial manejado em face do acórdão, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – EMPRÉSTIMO BANCÁRIO POR INDÍGENA - CONTRATAÇÃO REGULAR – PROVA DA LIBERAÇÃO DO VALOR NOS AUTOS – LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ – DEVIDA – APELO NÃO PROVIDO.

Quanto à má-fé processual da autora, é ela evidente, porquanto ajuizou a presente demanda, sustentando uma fraude inexistente, haja vista ter sido a suplicante quem efetivamente contratou empréstimo consignado e dele se beneficiou, conforme comprovado nos autos.(e-STJ fl. 299)

Em suas razões recursais, o recorrente aponta violação aos artigos 489, II, §

Superior Tribunal de Justiça

1º, IV, e 1.022, II, do Código de Processo Civil, sustentado omissão do acórdão acerca de questão relevante capaz de infirmar a conclusão adotada. Afirmar, ainda, contrariados os artigos 70, 80, II, 81, e 373, I, do CPC/2015, insurgindo-se contra a condenação por litigância de má-fé.

Contrarrazões ao recurso especial apresentadas, às fls. 453/459 e-STJ, sobreveio juízo negativo de admissibilidade do Tribunal de origem, às fls. 461/465 e-STJ, o que ensejou a interposição do presente agravo.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ.

A pretensão recursal não merece prosperar.

Quanto a alegada violação ao art. 1.022, II, do CPC, incide, por analogia, o óbice da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, em face da deficiência da fundamentação do recurso especial, quanto ao ponto.

Isso porque, embora o recorrente afirme, de forma genérica, que *o acórdão se absteve de enfrentar integralmente as teses suscitadas pelo(a) recorrente, que seriam capazes de infirmar a conclusão adotada. Neste ponto, temos que a decisão recorrida foi omissa, na medida que não enfrentou argumento relevante deduzido pelo(a) recorrente, capaz de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador, levando ao provimento do recurso.(e-STj fl 444)*, não se verifica, nas razões do recurso especial, a demonstração clara e objetiva de qual seria a omissão supostamente havida no acórdão recorrido, nem da existência concreta de qualquer outro vício.

No tocante à alegada ausência de fundamentação do acórdão recorrido, em que se aponta violação ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, razão não assiste ao recorrente, pois se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, tal argumentação não implica a

Superior Tribunal de Justiça

sua inexistência.

Noutro ponto, no que concerne à multa por litigância de má-fé, o Tribunal de origem, consignou expressamente:

Quanto à má-fé processual da autora, ela evidente, porquanto ajuizou a presente demanda, sustentando uma fraude inexistente, haja vista ter sido a suplicante quem efetivamente contratou empréstimo consignado e dele se beneficiou.

Ora, litigante de má-fé é aquele que altera, de forma consciente e temerária, a verdade dos fatos, a fim de obter vantagem sobre a outra parte.

Assim, a conduta do requerente denota efetivamente sua deslealdade processual, nos termos do art. 80, II, do CPC, devendo responder pelo dano processual previsto no art. 81, § 2º, do CPC, às penas por litigância de má-fé.(e-STJ fl. 303)

Nessa esteira, percebe-se que a irresignação da parte agravante não merece guarida, uma vez que, elidir as conclusões do aresto impugnado, mormente em relação à existência das condicionantes para o reconhecimento da litigância de má-fé, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado nesta sede especial a teor da Súmula 07/STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE USUCAPIÃO. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. 1. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE, SOB PENA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. 2. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ALEGAÇÃO GENÉRICA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. 3. JULGAMENTO ULTRA PETITA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA N. 284 DO STF. 4. ALEGADA OFENSA DE ENUNCIADO DE SÚMULA. SÚMULA 518/STJ. 5. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 6. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. REEXAME DE FATOS E PROVAS INVIÁVEL. SÚMULA 7/STJ. 7. AGRAVO IMPROVIDO.

1. É evidente a inadequação da via recursal eleita para alegação de ofensa a dispositivo constitucional, pois a matéria é de competência do STF.

2. Em relação à negativa de prestação jurisdicional, verifica-se

Superior Tribunal de Justiça

que a parte ora recorrente se limitou a defender genericamente a ocorrência de violação do artigo 535 do CPC/1973, sem especificar concretamente sobre quais questões teria a Corte de origem incorrido nos vícios de omissão, contradição ou obscuridade, de maneira que se revela inadmissível o recurso especial no ponto, ante a deficiência em sua fundamentação, conforme jurisprudência consolidada na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada analogicamente pelo STJ.

3. Quanto à alegação de julgamento extra petita, a falta de indicação do dispositivo legal que teria sido eventualmente violado faz incidir à hipótese o teor da Súmula n. 284 do STF, por analogia.

(É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia).

4. Não cabe a este Tribunal apreciar ofensa a súmula em recurso especial, uma vez que tal enunciado não se insere no conceito de lei federal, previsto no art. 105, II, a, da Constituição Federal.

Incide, ao caso, o óbice da Súmula 518 desta Corte.

5. É inadmissível o recurso especial nas hipóteses em que o acórdão recorrido assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles. Aplicação analógica do enunciado n. 283 da Súmula do STF.

6. Uma vez que a Corte de origem, a partir da análise dos elementos de convicção presentes no feito, concluiu pela caracterização da litigância de má-fé, acolher a pretensão recursal implicaria no necessário revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, medida vedada pela Súmula 7 do STJ.

7. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1200579/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 18/04/2018) - g.n.

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. AUSÊNCIA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. RESPONSABILIDADE CIVIL.

CONFIGURAÇÃO. DANOS MORAIS. VALOR. ANÁLISE. LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ. MULTA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no

Superior Tribunal de Justiça

acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso. 2. A existência de fundamento inatacado, apto a manutenção do arresto recorrido, atrai a incidência da Súmula 283/STF.

3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

4. Admite a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, excepcionalmente, em recurso especial, reexaminar o valor fixado a título de indenização por danos morais, quando ínfimo ou exagerado.

Hipótese, todavia, em que o valor foi estabelecido na instância ordinária, atendendo às circunstâncias de fato da causa, de forma condizente com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

5. A modificação do entendimento estabelecido pelo Tribunal de origem quanto à existência de litigância de má fé demanda reexame de matéria de fato, a teor da Súmula 7/STJ.

6. Quanto à interposição pela alínea "c", esta Corte tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso com base na qual deu solução à causa o Tribunal de origem.

7. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 964.268/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 20/03/2018) - g.n.

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, não conhecer do recurso especial.

Considerando o disposto no § 11 do art. 85 do CPC/2015, majoro os honorários advocatícios para 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa, observada a suspensão da sua exigibilidade em virtude da eventual concessão da assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Relator

